



Ministério da Educação  
Conselho Nacional de Educação

ATA Nº 4, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025  
REUNIÃO DAS COMISSÕES

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizaram-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação - CNE, localizado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal e, virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, as Reuniões de Trabalho das Comissões, com a participação dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Celso Niskier, Gastão Dias Vieira, Givânia Maria da Silva, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Ilona Maria Lustosa Becskéházy Ferrão de Sousa, Israel Matos Batista, Kátia Helena Serafina Cruz Schweickart, Leila Soares de Souza Perussolo, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Márcia Teixeira Sebastiani, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia Machado, Otavio Luiz Rodrigues Jr. e Paulo Fossatti. **Às nove horas do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, iniciou a reunião Extraordinária da Comissão da Educação Ambiental e Mudanças Climáticas**, com a participação virtual dos Conselheiros Celso Niskier, Cleunice Matos Rehem (Presidente), Elizabeth Regina Nunes Guedes (Relatora-CES), Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Israel Matos Batista (Relator-CEB), Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia Machado e Paulo Fossatti. A Conselheira Cleunice Matos Rehem cumprimentou os membros e contextualizou o Plano Clima. Falou sobre o estabelecimento de uma agenda externa com o órgão gestor da política nacional ambiental, Secretaria Nacional de Participação Social da Presidência da República, Secretaria Executiva do Plano Clima e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – Secadi/MEC. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes salientou que o principal objetivo com a reunião é escutar os Conselheiros a respeito do que leram sobre o material enviado. Questionou sobre a proposta de trabalho a ser assumida. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo informou que não leu o material e, considerando que no Ministério do Meio Ambiente – MMA atua na Comissão Bioeconomia informou que no dia treze de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, trinta e quatro entidades participantes se reuniram. Foi criada, por intermédio de um Decreto presidencial, a Comissão Nacional de Bioeconomia, com supervisão de três ministérios: do Meio Ambiente, da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Apresentou uma lista de entidades que participaram da referida Comissão, que tem por objetivo elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho pontuou que a Comissão dispõe de uma ampla documentação que, na grande maioria, não atinge as redes de ensino. Falou do Parecer que foi elaborado pelo CNE no ano de dois mil e doze, que precisa ser revisto, bem como os documentos basilares Prone e Plano Clima. Sugeriu três linhas de ações: atuação interna no sistema, com difusão do material já existente; articulação externa, estabelecimento do diálogo com os órgãos federais do governo e representantes da organização da COP30, e atuação e planejamento para os próximos dez anos na Educação Básica pública e privada. A Conselheira Monica Sapucaia Machado questionou sobre os resultados que a Comissão apresentará para a sociedade. Comentou que existem discussões e um arcabouço teórico legítimo sobre o tema da educação ambiental, que foi revisto e atualizado. Falou que o material existente hoje que serve como embasamento, encontra-se desconectado com a questão econômica. Pontuou que não existe um diálogo sobre economia verde, economia energética, transição justa, que a conjuntura atual é um tanto diferente do início dos anos dois mil, onde se pensava em políticas públicas para salvar o planeta. Questionou os demais membros da Comissão sobre qual seria a meta e o resultado de entrega ao estado brasileiro, ou seja, a partir



Ministério da Educação  
Conselho Nacional de Educação

ATA Nº 4, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025  
REUNIÃO DAS COMISSÕES

da elaboração de uma resolução ou normativa. Destacou que não existe uma linha de financiamento por parte do governo para subsidiar as políticas públicas sobre a temática da educação ambiental. Segundo a Conselheira, não há um programa efetivo federal que possa avaliar constantemente as ações desempenhadas nos níveis da Educação Básica e Superior. Mencionou os programas de energia verde, economia energética e que reflexos tais ações resultam para a sociedade. Destacou a importância de pensar as políticas voltadas às questões do meio ambiente, que não deverão estar dissociadas da parte econômica. Apresentou, como ponto de reflexão, que os membros da comissão são desafiados a pensar uma ação, proposta de materialização, ou seja, meios para construir políticas efetivas e que estejam ligadas à educação ambiental e econômica. Pontuou que o CNE, por intermédio da comissão, possa elaborar um documento que produza uma ação efetiva na sociedade, que gere pressão nos estados brasileiros e que traga, como resultado, compromissos concisos em torno do tema da educação ambiental e econômica. Em seguida, o Conselheiro Paulo Fossatti destacou que o documento seja um movimento na sociedade, que deva revisitar o Plano Nacional de Educação - PNE, no que tange às competências verdes, pensar na Educação Superior, ou seja, nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs dos cursos de graduação, que devem possuir uma disciplina sobre competências verdes e questão ambiental. Pontuou que a comissão esteja presente nos espaços deliberativos, como COP30, na Câmara dos Deputados e no Senado, por serem lugares de construção e escuta. Sugeriu que o CNE organize *lives*, com o objetivo de alcançar as redes de Educação Básica e, no que tange ao Ensino Superior, aulas inaugurais dos cursos sobre a temática, além de proposta de produções acadêmicas e científicas sobre a temática ambiental. Comentou sobre três documentos pontuais, elaborados pela Igreja Católica. Mencionou a encíclica *Laudato si'*, de vinte e quatro de maio do ano de dois mil e quinze, redigida pelo Papa Francisco, que aborda a temática da ecologia. No ano de dois mil e vinte e três, o Papa Francisco redigiu o documento sobre o Biocentrismo, intitulado *Laudate Deum*, de quatro de outubro do ano de dois mil e vinte e três. Citou, também, o tema da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB: Fraternidade e Ecologia Integral do ano de dois mil e vinte e cinco. Segundo o Conselheiro Paulo Fossatti, o documento da Igreja *Laudate Deum* apresenta que se o poder econômico exacerbado continuar, não haverá próximas gerações, pois a pessoa humana foi posta de lado em nome do capital. Em seguida, o Conselheiro Israel Matos Batista destacou que no contexto nacional o Brasil está celebrando os preparativos para a COP30, trouxe à reflexão qual seria a medida de impacto que o CNE apresentará como resultado ao debate. Também, apontou como o Brasil poderá se inserir no debate das nações que virão para a COP30. Informou que realizou um levantamento bibliográfico a respeito do tema. Mencionou documentos da Igreja, como exemplo da encíclica do Papa e, ainda, o livro sobre aprendizagem e risco da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, entre outros. Falou que a mudança climática já afeta a permanência nos ambientes de ensino e os processos de aprendizagens. Comentou acerca da justiça climática e mencionou as populações mais vulneráveis que sofrem diretamente, e também, sobre adequação da estrutura escolar às mudanças climáticas e a garantia ao ensino diante dos eventos climáticos. Propôs que o CNE adote uma postura de observatório de excelentes iniciativas e sugeriu criar um selo a respeito das boas iniciativas. Mencionou que o CNE poderia distribuir um selo para as boas práticas desenvolvidas, no que tange às ações ambientais. Pontuou que se torna necessário adotar nos currículos da Educação Básica, a



Ministério da Educação  
Conselho Nacional de Educação

ATA Nº 4, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025  
REUNIÃO DAS COMISSÕES

educação climática e pedagogia, modernizar a Base Nacional Comum Curricular - BNCC para adequá-la às realidades contemporâneas, trazer conteúdos que abarcam as mudanças climáticas e a educação ambiental. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes destacou que a ideia da Comissão não é elaborar um parecer separado para ambas as Câmaras, que a matéria da Comissão será tratada conjuntamente, ou seja, será produzido apenas um relatório de caráter transversal. Sugeriu solicitar agenda com todas as autoridades mencionadas no corpo do texto depois da semana de reuniões do CNE. **Às quatorze horas do dia quatro de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, iniciou a reunião extraordinária da Comissão das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Medicina**, com a participação virtual das Conselheiras Elizabeth Regina Nunes Guedes (Relatora) e Ludhmila Abrahão Hajjar (Presidente). A reunião iniciou com a palavra da Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes que solicitou a preparação de um edital de consulta pública, que será disponibilizado de quatorze de fevereiro a quatorze de março do ano de dois mil e vinte e cinco. A Conselheira Ludhmila Abrahão Hajjar concordou com as datas. Em seguida, a Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes solicitou que o corpo técnico do CNE providenciasse o edital e encaminhasse para ambas as Conselheiras. Definiu, como encaminhamento, agendar outra reunião extraordinária da Comissão das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN's de Medicina e que iria escutar previamente os demais membros da Comissão. Informou que acontecerá uma reunião com os representantes do Corpo Docente do Curso de Medicina, na Universidade de São Paulo - USP, no dia vinte e um de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas da manhã. A Conselheira Ludhmila Abrahão Hajjar elogiou os passos metodológicos adotados pela Relatora da Comissão, salientando que se trata de uma excelente ideia abrir edital de consulta pública, antes da reunião na USP, tendo em vista que já poderão coletar subsídios para apresentar na reunião. A Conselheira Ludhmila Abrahão Hajjar questionou e seria possível redigir uma solicitação formal para USP, por parte da Presidência da Câmara de Educação Superior - CES, o que foi acatado pela Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes. A Conselheira Ludhmila Abrahão Hajjar sugeriu que a solicitação da agenda deverá ser encaminhada para a professora Eloisa Bonfá, responsável pela Diretoria de Medicina da USP. A pauta da referida reunião será a discussão de uma proposta para a atualização das Diretrizes Curriculares dos Cursos Graduação de Medicina. Nada mais foi tratado encerrou-se a reunião. **Às quinze horas do dia sete de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, iniciou a reunião extraordinária da Comissão da Educação Integral em Tempo Integral**, com a participação dos Conselheiros Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (Presidente), Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva (Relatora) e dos convidados Raquel Franzim, Coordenadora-Gera de Educação Integral e Tempo Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – Cogeiti/SEB/MEC, Aline Zero Soares, da Cogeiti/SEB/MEC, Lucas do Amaral Afonso, da Cogeiti/SEB/MEC, Julia Dietrich, consultora da Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI, Maria Silva Bacila, Secretária-Executiva Pedagógica de São Paulo - Consec/SP e Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho iniciou a reunião saudando os presentes. Mencionou a presença da consultora Julia Dietrich, que auxilia na elaboração da matéria e passou-lhe a palavra. Ela se apresentou como doutoranda da Universidade de São Paulo - USP e informou que desenvolve suas pesquisas a respeito da Educação Integral. Em seguida, a Coordenadora-Geral, Raquel Franzim, destacou que assumiu a de Coordenação-



Ministério da Educação  
Conselho Nacional de Educação

ATA Nº 4, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025  
REUNIÃO DAS COMISSÕES

Geral de Educação Integral e Tempo Integral da SEB/MEC, ressaltando que o tema trata de uma demanda do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Citou que, no ano de dois mil e vinte e três, foi realizado um processo de ouvidoria nas cinco regiões brasileiras para estabelecer o diálogo e momento de escuta com as redes de ensino. A referida rotina viabilizou a elaboração de uma nota técnica que foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação – CNE e serviu de base na construção do Parecer e Projeto de Resolução sobre a temática. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva saudou os presentes e informou que conversou com o senhor Aléssio Costa Lima, ex-presidente da Undime, com o objetivo de sociabilizar com entidades educacionais. Pontuou que o documento se encontra em elaboração e destacou a importância de escutar as entidades de educação brasileiras. Na sequência, a senhora Maria Silva Bacila, do Consec/SP evidenciou o compromisso com a Educação Integral e a necessidade de articular as redes de ensino no Brasil, para garantir a implementação efetiva dos princípios no que se refere à modalidade. Posteriormente, o senhor Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Undime, falou que existe um material em construção e salientou o papel da promoção do diálogo abrangente com as diferentes realidades do país, acolhendo as contribuições de estados e municípios. A senhora Aline Zero Soares se colocou à disposição para colaborar com o trabalho que a comissão vem desenvolvendo e auxiliar com colocações técnicas. O senhor Lucas do Amaral Afonso, que é educador da Educação de Jovens e Adultos - EJA dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, em especial em território de áreas rurais, que atualmente está atuando como consultor de Gestão do MEC, manifestou interesse em apoiar a equipe da Cogeiti/SEB/MEC, especialmente nas questões de formação continuada e projetos educacionais. A senhora Maria Silvia Bacila aprofundou a discussão sobre a proposta de resolução, destacando a transparência acerca do conceito de Educação Integral, a inclusão de um guia didático para embasar as práticas e o caráter intersetorial como ponto chave para o sucesso da iniciativa. Ela pontuou que a resolução reforça a perspectiva de territórios que educam, trazendo à tona a importância de considerar a realidade de cada comunidade escolar, e que os elementos trabalhados são potentes, do ponto de vista pedagógico. O Presidente Luiz Miguel Martins Garcia reforçou a relevância do documento, pela clareza e objetividade, porém atentou para os desafios de financiamento, sobretudo no que se refere à alimentação escolar e à infraestrutura para ampliar a jornada. Destacou a necessidade de mecanismos legais que auxiliem no respaldo à contratação de mestres de saberes e a articulação intersetorial, pontos fundamentais para consolidar as ações pedagógicas internas e externas das escolas. Como encaminhamento, os participantes concordaram sobre a importância de manter o diálogo entre os diferentes entes federativos, instituições e conselhos, bem como de estruturar um plano de formação continuada para educadores(as). A reunião foi encerrada reiterando o comprometimento coletivo em avançar na construção de uma escola de tempo integral que realmente ofereça educação de qualidade para todos(as). Ficou agendada reunião para o dia dezoito de fevereiro do corrente ano, na Reunião de Trabalho da Câmara de Educação Básica - CEB do calendário de atividades do CNE, e a realização de uma audiência pública, com a presença das entidades educacionais, em vinte e cinco de fevereiro do mesmo ano. **Às quatorze horas do dia quatorze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco iniciou, de modo virtual, a reunião extraordinária da Comissão que trata da Educação Midiática, Educação Digital e BNCC-Computação**, com a participação dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (Presidente) e Israel Matos



Ministério da Educação  
Conselho Nacional de Educação

ATA Nº 4, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025  
REUNIÃO DAS COMISSÕES

Batista (Relator). O Presidente passou a palavra ao Relator, que iniciou realizando uma apresentação intitulada de Diretrizes Operacionais Sobre o Uso de Dispositivos Digitais nas Escolas e a Integração Curricular da Educação Digital e Midiática. Informou que construiu a minuta do parecer tendo em vista que a aprovação do documento demanda urgência, pois servirá como instrumento norteador para as escolas das redes estaduais e municipais pública e privada. Comentou que iniciou o trabalho em três de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco e que teve pouco tempo para a elaboração do documento. Consequentemente, os Conselheiros membros da Comissão tiveram pouco tempo para contribuir na construção do material. O Conselheiro informou que o prazo final para aprovação do parecer é na semana de reuniões do CNE e apresentou uma prévia do texto. Pontuou que o material encontra-se dividido da seguinte forma: a) introdução; b) o desafio do uso de dispositivos digitais nas escolas; c) informes do arcabouço normativo que o uso dos dispositivos deve estar amparado nos princípios da Base Nacional Comum Curricular - BNCC; d) diretrizes e seus princípios norteadores; e) restrição ao uso não pedagógico de celulares; f) sistema de guarda dos equipamentos celulares (recomendações); g) documento como definidor de diretrizes específicas para cada etapa da Educação Básica; h) promoção de formação docente pelas escolas, e a respeito de a fiscalização não ser punitiva, mas educativa, priorizando o diálogo com alunos e famílias; i) Integração Curricular da Educação Midiática; e j) Considerações Finais. Em seguida, o Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho passou a palavra para os convidados apresentarem suas considerações e apontamentos. O senhor David Almansa Bernardo, Diretor do Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, iniciou suas contribuições ressaltando que o Conselheiro Israel Matos Batista vem realizando um trabalho consistente e que a urgência na pauta fez com que o parecer fosse redigido rapidamente. Pontuou que a intenção do parecer não é gerar um retrocesso nas escolas brasileiras, ou que a educação venha acontecer por meio analógico, mas que a educação seja mais midiática e que faça o uso consciente dos dispositivos. Argumentou que está se construindo uma política pública para tornar os jovens e educandos mais habilitados para a utilização dessas ferramentas. Na sequência, Ana Del Fabro, Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação na Educação Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC, apresentou um retrospecto histórico acerca da pauta, desde o ano de dois mil e vinte e três, destacando os estudos realizados sobre o tema no âmbito do Projeto Escolas Conectadas. Tratou a respeito das cidadanias digitais, considerando que os estudantes precisam compreender a lógica de funcionamento e uso das tecnologias de forma consciente. Ressaltou que a utilização dos usos dos equipamentos digitais está ocasionando problemas de saúde mental para os alunos, bem como a falta de atenção durante a rotina escolar. Destacou que o uso dos dispositivos deverá acontecer sob mediação do professor, por meio de práticas de orientação pedagógica, e que os alunos devem participar do processo de discussão para o uso de forma consciente e equilibrada. Na sequência, a Conselheira Cleunice Matos Rehem parabenizou o Conselheiro Israel Matos Batista pela elaboração do documento e parceria estabelecida com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – Secom e o Ministério da Educação – MEC. Informou que já realizou uma leitura prévia da minuta e destacou que já apresentou breves considerações sobre o texto. Propôs a realização de uma audiência pública para escutar as redes de educação. Em seguida, Maria Melo, representante da entidade Eixo Digital do Instituto Alana, comentou a respeito dos danos ocasionados aos



Ministério da Educação  
Conselho Nacional de Educação

ATA Nº 4, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025  
REUNIÃO DAS COMISSÕES

educandos em razão das plataformas de negócios. Mencionou a Resolução de nº 245, aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, que trata de baliza digital para empresas. Citou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e dados estudantis. A senhora Mariana Ochs, que representa a entidade Educa Mídia, falou a respeito do tema da emancipação técnica, que os jovens precisam para ser protegidos das telas. Argumentou que o aluno, ao concluir a etapa do Ensino Médio, precisa ter consciência e adotar uma postura de autogestão na utilização dos dispositivos. Sobre a redação do documento, pontuou uma certa confusão entre os assuntos, pois trata de natureza distintas. Ressaltou a importância de separar o uso dos dispositivos pessoais, para o uso dos equipamentos na promoção da educação midiática. Ao abordar a discussão sobre os termos que tratam das tecnologias ou telas, é importante apresentar especificidade acerca dos conceitos. Falou sobre o avanço da tecnologia em ambientes escolares, ressaltou que se trata dos dispositivos pessoais, pois não é a realidade educacional brasileira a presença de tecnologia mediando os processos de ensino. Em seguida, a senhora Catarine, da Fundação Vivo Telefônica, parabenizou o Relator pela matéria e tratou sobre o método transversal adotado pelas redes de educação, que ainda não dispõe de professores com formação para acompanhar o componente curricular específico. Na oportunidade, o Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari cumprimentou o Relator pelo esforço e trabalho realizado na elaboração do documento, bem como os colaboradores da Secom e do MEC. Pontuou sobre o prazo de entrega do documento, ressaltando que é urgente aprovar a referida norma nacional. Todavia, sugeriu realizar algum tipo de consulta com as principais entidades de educação, tais como: Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação - Foncede, Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais - Consec, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - Uncme e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime. Em seguida, a Coordenadora-Geral da SEB/MEC, a senhora Ana Del Fabro, respondeu aos questionamentos do Presidente do CNE. Posteriormente, a senhora Mariana de Almeida, da Secom, falou que mesmo a pauta sendo urgente, as discussões em torno do tema já estão acontecendo há bastante tempo. Destacou que a Secom está em tratativas com grupos de especialistas na área da saúde e sobre o uso de telas. Destacou que é uma prioridade do Governo Federal formar trezentos mil educadores até o ano de dois mil e vinte e sete. Por fim, o Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari apresentou considerações acerca do processo de elaboração da resolução e do parecer. Segundo ele, qualquer norma produzida pelo CNE, é composta por duas partes integradas, Parecer e Projeto de Resolução. Salientou que no dia da votação as minutas dos documentos deverão estar prontas e alinhadas. O Conselheiro Israel Matos Batista solicitou aos convidados da reunião que se manifestaram oralmente que enviem as sugestões e considerações por escrito, para serem incorporados a minuta de Parecer. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho encerrou a reunião, agradecendo aos presentes e comentou que enviará apontamentos realizados durante o processo de escuta e apresentação. Sem outras manifestações, as Reuniões das Comissões foram encerradas e, para constar, eu, Daniel Aragão Parente Valentim fiz o relato das Comissões e lavrei esta ata, que uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação, Antonio Cesar Russi Callegari. Brasília, dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.